Acervo ISA

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte CB
Data 14/4/2000 Pg 1 e 15
Class. 113

'EU AMO BRASÍLIA'
RECORTE ESTE SELO, LEVE-O A UMA DAS LOJAS DE CLASSIFICADOS DO CORREIO E GANHE UM ANÚNCIO PARA DECLARAR SEU AMOR POR BRASÍLIA.
CLASSIFICADOS CORREIO

TIRA-DÚVIDAS
Como declarar o IR separadamente
PÁGINA 21

COMIDA
Delícias da Itália no prato dos brasilienses
FIM DE SEMANA, CAPA E PÁGINAS 8 E 9

EDUCAÇÃO
Internet, enciclopédia do terceiro milênio
PÁGINA 16

CORREIO BRAZILIENSE

LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

Número 13.479 | Brasília, Distrito Federal, sexta-feira, 14 de abril de 2000 | EXEMPLAR DE ASSINANTE | Preço: R$ 1,0

Zuleika de Souza

Governo assina convênio de R$ 130 milhões com o Instituto Candango de Solidariedade

ACORDO MILIONÁRIO PARA CONTRATAR SEM CONCURSO

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

A Superintendência de Administrações Regionais (Sucar) assinou com o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) novo convênio de intermediação de funcionários para as 19 administrações regionais. O contrato é basicamente o mesmo que o fechado em 1999, considerado ilegal pela Justiça Trabalhista na semana passada. A diferença é o valor: ano passado, o governo repassou R$ 34,5 milhões ao ICS para pagar 2,6 mil funcionários contratados sem concurso público; o deste ano é de R$ 130 milhões, o preço de duas novas pontes do Lago Sul. "Esse novo contrato é indício de que eles estão dispostos a contratar mais gente", afirma o procurador do Trabalho, Valdir Pereira. Desde outubro de 1999, o governo e o ICS estão proibidos pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) de realizar novas contratações.

PÁGINA

Ondas

Cabelos cacheados são os donos da estação. Mas os cuidados de beleza devem ser constantes.

CAPA E PÁGINA 5

Incômodo

Mulheres aderem a métodos para interromper o ciclo menstrual, sob protestos de alguns médicos.

PÁGINA 3

Eles x elas

Na pré-adolescência, meninas e meninos parecem cão e gato. O bom é que essa fase, típica da idade, passa logo.

PÁGINA 2

SEXTA DOIS

PITTA

Céu e inferno

O prefeito de São Paulo viveu o céu e o inferno no mesmo dia. No Senado, foi fechado acordo para refinanciar dívida de R$ 10,5 bilhões da prefeitura. Na Câmara de Vereadores, foi aprovada a comissão que poderá iniciar o processo de impeachment de Celso Pitta.

PÁGINA 19

SAÚDE

Carentes sofrem

Um quinto da população do Distrito Federal sofre de asma. Pesquisa da UnB mostra que há mais casos em regiões mais pobres.

CIDADES, PÁGINA 3

Carlos Moura

BRIGA DE CACIQUES

Paletó e gravata contra flecha na mão. De um lado, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA); de outro, o índio Henrique Iabaday, da tribo suruí, de Rondônia. "O senhor tem que colocar em votação o Estatuto das Sociedades Indígenas", bradou Iabaday, flecha em riste. "Chegue pra lá: eu vou falar e quero respeito", cortou ACM, armado com o dedo indicador. Os índios não estão gostando nada dessa festança dos 500 anos e pedem pressa na demarcação de suas terras.

PÁGINA 15

Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte CB
Data 14/4/2000 Pg 15
Class. 113

Lideranças indígenas cobram ação do governo e protestam contra cordão de isolamento que impede a chegada de caravanas para a festa dos 500 anos

Índio aponta flecha para ACM

Romário Schettino
Da equipe do **Correio**

Ao contrário da tranqüilidade com que foram recebidos os portugueses em 1500, o clima que antecede as festividades de comemoração dos 500 anos não está nada amistoso. Depois que a polícia militar baiana destruiu o monumento indígena construído na Coroa Vermelha, área demarcada no Sul da Bahia, a insatisfação com a programação oficial aumentou. Os índios estão irritados com o tratamento que vêm recebendo para suas reivindicações, especialmente com relação à demarcação de suas terras.

Ontem, durante ato público de protesto contra as comemorações oficiais do descobrimento, o índio Henrique Iabaday, da tribo suruí, de Rondônia, chegou a apontar suas flechas para o rosto do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA):

— O senhor tem que colocar em votação o estatuto dos índios, disse o suruí.

— Chegue prá lá, eu vou falar e quero respeito, cortou ACM.

O senador levantou-se e discursou: "Eu vim aqui de espírito aberto ao diálogo. Sei que alguns de vocês não querem, mas não haver comemoração nenhuma é ruim para todos nós. Não pode haver festa de 500 anos sem os senhores nem vocês podem impedir a nossa presença. Afinal, o Brasil somos todos nós". Magalhães defendeu o governador César Borges, da Bahia, chamando-o de "um democrata não-violento" e se ofereceu para "examinar os problemas que estão ocorrendo em todos os níveis e ajudar no que for possível". Acabou aplaudido por parte do auditório.

A polícia da Bahia está sendo acusada de ser truculenta com o movimento indígena. "O cordão de isolamento é muito grande e inflexível, as caravanas do movimento popular estão sendo impedidas de chegar até Coroa Vermelha", disse o deputado Marcos Rolim (PT-RS). Ele teme confronto caso as medidas não sejam revistas.

O presidente do Senado foi ao Auditório Nereu Ramos, na Câmara, atendendo convite dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AM), para ouvir as reivindicações dos cerca de 500 índios que participavam de um ato público como parte da Marcha Indígena que se dirige a Santa Cruz de Cabrália para as festividades. O ato foi convocado pelas Comissões de Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e da Amazônia e Desenvolvimento Regional, da Câmara.

Na trajetória da Torre de TV para o Congresso, os índios flecharam o relógio da *Rede Globo* que faz a contagem regressiva para a festa do dia 22 de abril, em sinal de protesto contra a "organização excessivamente branca da festa", como disse um deles. Na rampa do prédio foram recebidos pelo presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e uma comitiva de deputados e senadores. Mas não puderam entrar pelo Salão Negro. Tiveram que dar a volta para chegar até o auditório.

Os índios protestam contra o esquema de segurança montado pela comissão oficial, chefiada pelo ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e pelo governo da Bahia, denunciam a atual situação da política de demarcação de terras indígenas e a demora na votação do Estatuto das Sociedades Indígenas.

Carlos Moura

Índios consideram organização da festa do descobrimento "excessivamente branca" e flecham relógio da Globo

O índio Naílton Pataxó Hã-hãhãe aproveitou a presença de Magalhães para cobrar dele "a doação irregular de terras indígenas", que ACM teria feito a fazendeiros quando era governador, e reclamar da perseguição da polícia. Naílton disse que está ameaçado de morte "por um coronel", mas que não tem medo de morrer, porque sabe que "eles (os policiais) não poderão matar todos os índios de uma só vez e nós sabemos como resistir".

Outro problema que ameaça o brilho da comemoração é o atraso na votação do Estatuto das Sociedades Indígenas, de autoria do deputado Aloízio Mercadante (PT-SP), que está em tramitação desde 1991. Por falta de acordo, o projeto, que deveria ser votado ontem, foi retirado da pauta para retornar na terça-feira. Mercadante disse que não aceitaria colocar em votação o pedido de urgência sem conhecer as emendas que a bancada governista ainda quer fazer no substitutivo, que já foi aprovado em Comissão Mista, de caráter terminativo.

De qualquer maneira, há quatro pontos de divergência entre governo e oposição. São os itens que tratam da demarcação, mineração, denominação dos índios e patenteamento dos recursos genéticos. Os deputados que defendem os fazendeiros querem que as áreas já demarcadas fiquem com os limites mantidos como estão por prazo indeterminado. O movimento indígena e o presidente da Funai, Carlos Marés, querem que seja possível revisar algumas áreas que praticamente confinam os seus donos.

ÍNDIO QUER LICITAÇÃO

Os governistas querem que seja dada preferência aos pedidos de licença existentes no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), os índios sugerem que sejam anuladas todas as solicitações anteriores e aberta uma nova fase por meio de licitação pública. O governo ainda quer substituir a denominação de "-sociedade" por "comunidade". O movimento indígena prefere o termo "sociedade", como está no texto, por ser o que melhor define a condição dos povos que têm língua e cultura próprias. A rigor, eles acham que deveria ser "povos", conforme define a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que está para ser votada no Congresso.

Por fim, os índios consideram inaceitável a emenda que introduz o direito de patente sobre os recursos genéticos, inclusive humanos. Há laboratórios estrangeiros que querem patentear os genes dos índios brasileiros e, por isso, cobrar royalties sempre que se fizer uso deles.

Enquanto isso, a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso em Coroa Vermelha está suspensa. Ele irá direto para Santa Cruz de Cabrália, onde haverá as cerimônias oficiais. O presidente estará na Bahia nos dias 21 e 22 de abril, informa a Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Planalto. O ministro-chefe do Gabinete da Segurança Institucional, Alberto Cardoso, garante que o presidente "não sofrerá constrangimentos no Sul da Bahia".

FESTA ALÉM MAR

Mais popular no Brasil, entre festiva e acadêmica em Portugal. Esta é a diferença básica entre os dois países nas comemorações dos 500 anos dos descobrimento. Os organizadores dos eventos portugueses estranham certo "esvaziamento" na programação brasileira, ainda com eventos em aberto. Na agenda de Portugal, toda fechada, apenas alguns concertos que acontecem no Brasil com artistas dos dois países ainda aparecem sem local definido. O destaque em Portugal são as exposições de caráter histórico-cultural, como *A Construção do Brasil*, em Lisboa, com documentos históricos que incluem o mapa brasileiro que figurava no Atlas Miller, de 1519. Mas poucos dos eventos programados em Portugal virão ao Brasil, por causa do custo do transporte e do seguro para as obras de arte e documentos. (**Agência Folha**)

ARTIGO

TODAS AS MARCHAS

Marcos Rolim

Na condição de presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, coube-me a honra de organizar a recepção dos povos indígenas no Congresso, tarefa à qual se somaram as comissões da Amazônia e do Meio Ambiente e Minorias. No ato que realizamos no auditório Nereu Ramos, lideranças indígenas cobraram medidas concretas do governo e do Parlamento, denunciando ameaças que têm sofrido, exigindo, de forma altiva e corajosa, seus direitos elementares.

Observando aqueles que representam os pais dessa terra, pude perceber que não há alegria em seus olhos. São homens e mulheres de expressão sofrida. Conversei com um deles, cabelos ralos, rugas espalhadas pelo rosto, espinha curvada. Aparentava ser um ancião, mas tinha 48 anos de idade. Em seu corpo estavam como que tatuadas as histórias de violência e abandono que nossa civilização ofereceu aos seus antepassados.

A marcha dos povos indígenas possui, como todas as marchas realizadas pelos excluídos desse país, uma dimensão épica. Nos ressentimos, não obstante, de um retrato mais fiel de sua trajetória de esperança. Essa gente se movimenta pelas estradas como anjos amaldiçoados. São, em certa medida, exilados em seu próprio país.

Alguns deles estão jurados de morte e muitas das jovens mulheres desses povos são viúvas. Pintam seus corpos com resinas e fazem das suas peles um retrato, às vezes escuro, às vezes colorido, de suas emoções inteiras. Querem justiça os índios brasileiros; querem a consideração das autoridades e não aceitam mais a oferta da violência.

Na área indígena dos pataxó, em Coroa Vermelha, Sul da Bahia, mais de 200 policiais militares destruíram o monumento que os índios construíam para homenagear sua resistência ao massacre perpetrado pelos colonizados. Como se não bastasse, as forças de segurança da Bahia e o próprio governo federal montaram um esquema de segurança na região que vem praticando já um conjunto de arbitrariedades.

As diferentes marchas populares, com índios, negros e trabalhadores sem terra estão sendo impedidas de chegar até o local das comemorações oficiais. Pratica-se, assim, uma política de exclusão em tudo coerente com o estilo e o conteúdo dos compromissos que sempre caracterizaram as elites brasileiras nos últimos cinco séculos.

A conduta oficial que desrespeita os direitos fundamentais parece desejar o confronto com os movimentos populares, o que expressa uma irresponsabilidade inaceitável.

O que exigimos do governo, neste momento, é que ele reconheça a diferença como um valor e ofereça aos povos indígenas e aos seus aliados a condição de exercício da cidadania. As marchas, todas as marchas, são uma parte importante desse processo pelo qual um povo inteiro descobre-se sujeito. É lamentável que isto incomode o Estado brasileiro.

■ **Deputado Federal pelo PT-RS e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara**

Acervo ISA

Documentação
Fonte CB
Data 14/4/2000 Pg 15
Class 113

MISSA SEM ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que não irá à missa em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil, dia 26, em Porto Seguro. Ele ficará em Brasília, para comandar a votação da medida provisória (MP) do salário mínimo. "Será o dia D", afirmou. "Deus prefere que eu esteja aqui cuidando dos pobres." O mais forte líder político baiano comemorou a fixação da data de votação. "Garanto que terá quorum", disse. **(Agência Folha)**